

ATA DE REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO- CACS FUNDEB - 28/05/2025

Aos 28 dias do mês de Maio de dois mil e vinte e cinco, na sala do Brasão da secretaria municipal de educação de Ubatuba, localizada na Rua Gastão Madeira, 101, ocorreu a reunião conjunta do Conselho Municipal de Educação e do Conselho de Acompanhamento e Controle Social – CACS do FUNDEB. A reunião teve início as 14:30, em segunda chamada, o senhor Augusto agradeceu a presença de todos, e informou que os senhores Gulli, Laércio e Antônio, estariam prestando esclarecimentos sobre os apontamentos do conselho em ofícios enviados. O sr. Antônio, engenheiro da educação, falou sobre a quadra da escola Silvino, falando do tipo de abrasivo no piso da quadra, bem como de outras partes da estrutura. Falou então da escola Josefina, onde uma rede de proteção contra pombos . A sra. Ana Tereza falou que havia recebido a informação de que a pintura da quadra desta escola havia sido pintada incorretamente, não abrangendo esportes como badminton. O sr. Antônio explicou que essas quadras são pintadas conforme padrão FNDE, que poderia não incluir todos os esportes. O sr; Laércio explicou que existe um fluxo de demandas, e que as gestoras devem segui-lo, enviando as demandas através do e-mail do setor, onde estas passam por uma “triagem” de urgência e ordem de envio. O sr. Antônio comentou então a situação da escola Mário Covas, onde há uma dificuldade em lidar com os pombos, pois houve a instalação de espículas anti pombos sem a necessária limpeza das fezes dos animais, deixando-os frouxos e permitindo que os pombos continuassem a se abrigar a parte superior do imóvel. Adiantou, porém, que já atas de dedetização e controle de pragas abertas para resolver o problema. O sr. Augusto falou que execuções falhas por parte da empresa responsável, a Eco Rotas, também ocorreu em sua escola, citando o caso de uma janela. O sr. Laércio reforçou a necessidade das escolas seguirem o fluxo correto das suas demandas. Disse ainda que os gestores também devem apontar execuções incorretas quando estas forem muito evidentes, até por serem as pessoas que estão acompanhando esta mais de perto. Disse que a secretaria pretende levar isso a gestão das escolas, pois observa uma dependência muito grande dos gestores para seus supervisores, em questões que são de competência deles. O sr. Augusto disse que já trabalhou em outros municípios, e concorda que o respeito ao fluxo do processo é benéfico e necessário. Disse que a facilidade de acesso à secretaria de educação acaba prejudicando que o mesmo ocorra, pois as demandas acabam sendo encaminhadas as autoridades, ao invés dos responsáveis. O sr. Augusto observou que em sua visita à escola Mário Covas, encontrou uma situação estrutural muito ruim. Foi mencionado brevemente a situação da escola

quanto as verbas federais, e planos da secretaria de reuniões para tratar do assunto. O sr. Laércio conferiu os relatórios fotográficos apresentados pelo conselho, onde era possível ver rachaduras expressivas no prédio e na quadra da escola Josefina. O sr. Antônio explicou sobre a questão geológica do espaço, com presença de lençóis freáticos, que facilita o desgaste das estruturas. O sr. Augusto criticou que a estrutura tenha sido construída sobre um solo sem a devida preparação, ao que o sr. Antônio concordou, mas que trata-se de uma construção antiga, e este não foi responsável pela obra. Disse que as obras atuais tem sido feitas apenas após devido estudo e preparação do terreno. O sr. Laércio apresentou ao conselho a lista de manutenções que a educação tem atualmente, evidenciando um número bem grande de demandas. A sra. Ana Tereza questionou se está havendo a devida observância ao censo escola, pois é através deste que é calculado os repasses da educação, e que houve perda de recursos em Caraguá devido ao preenchimento incorreto do mesmo, como na diminuição do índice de desigualdade do ensino, entre os alunos regulares e alunos de grupos específicos, como os quilombolas, povos originários e alunos do campo. Disse que alguns pais não declaram seus filhos como membros dessas comunidades, em alguns casos até mesmo por vergonha de pertencer a estes, ao que o sr. Laércio disse que estas informações são cruzadas com a aplicação do SAEB, onde essa declaração é dada pelos próprios alunos. Disse que deve ser feita uma capacitação com os servidores das escolas, para que estes orientem os pais da importância da declaração correta dos dados. Ele falou ainda da necessidade de melhor aplicação dos recursos que as escolas possuem, e que, caso a escola tenha bons índices de utilização, cadastro e prestações de contas, as escolas recebem parcelas adicionais, e que tal avaliação poderia e deveria ser levada a outras áreas. A sra. Nívia citou o organograma de São José dos Campos, onde há 3 supervisores de ensino apenas para lidar com o programa de escola em tempo integral. O sr. Laércio concordou que um organograma bem construído e seguido faz o fluxo ocorrer, e a sra. Ana Tereza reiterou o quão prejudicial é a busca por soluções a múltiplos agentes, fazendo com que seja aplicado muito mais trabalho em algo que uma pessoa poderia resolver. A sra. Ana Tereza então solicitou que fosse verificado junto a seção do transporte um veículo para que pudessem comparecer ao COREPIR – Caçapava, um evento da educação mais voltado à diversidade. Falou da importância da valorização dos representantes de cada grupo, ao que a sra. Nívia e o sr. Gulli falaram dos eventos realizados voltados a valorização das culturas tradicionais. A sra. Ana Tereza discorreu sobre a necessidade de melhor apresentar a figura da pessoa negra às crianças, pois os livros trazem o povo africano como um povo miserável, quando o continente africano em verdade é riquíssimo em recursos, história e cultura. O sr. Augusto informou que enviou no grupo as movimentações de empenho do FUNDEB, explicando que houve pagamentos de

salários, encargos e rescisões. Disse que observou nestes movimentações identificadas como pagamento de materiais escolares, e que caso estes materiais sejam os kits dados aos alunos, isso não poderia ocorrer, pois caracterizaria assistencialismo, vedado de ser custeado com recurso do FUNDEB. Se comprometeu a questionar a secretaria sobre essa despesa, dando fim a reunião. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata.